

A propósito da epigrafia romana do País Valenciano

José d'Encarnação
CEAUCP – Universidade de Coimbra

1. A investigação epigráfica

Quando, no século XIX, Emilio Hübner, por incumbência da Academia de Ciências de Berlim, visitou a Península Ibérica com vista a preparar o *Corpus Inscriptionum Latinarum* peninsular, houve, da parte dos estudiosos com quem estabeleceu contactos, duas atitudes: pronta disponibilidade para prestarem todas as informações, acompanhada, porém, da decisão de, previamente, os dados existentes serem publicados em revistas nacionais.

Idêntica tomada de posição se teve quando se meteu ombros à ingente tarefa de fazer um novo CIL, porquanto as novidades eram tão grandes em relação quer aos volumes de 1869 e 1892 (suplemento) quer aos aditamentos inseridos por Hübner e por Dessau na *Ephemeris Epigraphica*:¹ partiu-se do princípio de que o novo CIL II não incluiria monumentos inéditos, ou seja, os que nessas condições viessem a encontrar-se seriam publicados antes. E se, em Portugal, já se lançara mão à edição do *Ficheiro Epigráfico*,² em Espanha, por iniciativa de Júlio Mangas, empreendeu-se a

¹ E. Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum – II* (= CIL II). Berlim, 1869. Suplemento, 1892. Aditamentos in *Ephemeris Epigraphica* (= EE) 8 (1899), pp. 351-528 e 9 (1913), pp. 12-185. Resultantes dessa profunda revisão a que se está a proceder, publicaram-se os seguintes novos fascículos (*editio altera*): em 1995, o I dedicado à parte meridional do *conventus Tarraconensis* (CIL II²/14), da responsabilidade de Géza Alföldy *et alii* (Berlim, 1995), onde estão incluídas, naturalmente, as epígrafes de Valência e do seu território, e o relativo ao *conventus Cordubensis* (CIL II²/7), organizado por Armin U. Stylow; em 1998, da responsabilidade de Armin U. Stylow *et alii*, CIL II²/5, referente ao *conventus Astigitanus*.

² Cf. J. d'Encarnação, «Ficheiro Epigráfico – uma experiência em curso em Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 27 (1988), pp. 245-247.

publicação da revista *Hispania Epigraphica* (=HEp), continuada depois por uma entusiástica equipa liderada por Isabel Velázquez e que tem merecido, felizmente, o apoio das entidades universitárias madrilenas, que reconheceram o elevado interesse de dar a conhecer, de forma prática e expedita, o enorme manancial que constituem os monumentos epigráficos.³

Paralelamente a essas iniciativas, os investigadores locais de Espanha lograram obter por parte das suas universidades, das Juntas de Província ou mesmo de entidades particulares ou do CSIC o financiamento necessário para dotarem cada província do respectivo *corpus* epigráfico.⁴

Em Valência, quis o saudoso Josep Corell, com a incondicional colaboração do também saudoso Xavier Gómez Font, reestudar as inscrições romanas do País Valenciano, no quadro da publicação das *Fonts Històriques Valencianes*, levada a cabo pela *Universitat de València*.

Tive ocasião de comentar esse labor, por ocasião da homenagem prestada a J. Corell;⁵ que me seja lícito agora ter idêntica atitude, num livro *in memoriam* de Xavier Gómez Font, referindo-me, de modo especial ao volume *Inscripcions Romanes del País Valencià, V (Valentia i el Seu Territori)*, edição também ele da Universidade de Valência, 2009, na série *Fonts Històriques Valencianes*, nº 44, ISBN: 978-84-370-7659-1. 334 páginas, ilustradas com as fotografias e/ou desenhos das epígrafes consideradas autênticas (mais XIV falsas *vel alienae*) estudadas.

Trata-se da 2ª edição, revista e aumentada, de *Inscripcions Romanes de Valentia i el Seu Territori* (datada de 1997) e constitui,

³ Neste final de 2010, o último volume publicado tem o nº 15, datado de 2009 e referente aos trabalhos de teor epigráfico dados a conhecer no ano de 2006. As fichas de HEp são mais minuciosas que as de outra revista que dá conta de tudo o que, anualmente, se edita sobre Epigrafia, *L'Année Épigraphique* (=AE), ligada à Universidade da Sorbona (CNRS, Université de Paris I). O último volume de AE publicado, em 2010, é respeitante ao ano de 2007.

⁴ Tive oportunidade de dar a conhecer a lista da quase totalidade desses *corpora* em *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Coimbra, 2010, pp. 214-219.

⁵ J. d'Encarnação, «A epigrafia romana do País Valenciano», *Studia Philologica Valentina*, 5 (2001), pp. 43-51.

infelizmente, a derradeira obra de ambos os autores –que descansem em paz!

Não se pode dizer que seja desconhecida a epigrafia desta cidade romana. Na sequência da investigação que ali iniciara em companhia de Géza Alföldy, Gerardo Pereira faria o primeiro inventário do que se refere à epigrafia urbana: 74 inscrições dadas como provenientes do perímetro urbano; 5 «de procedencia desconocida conservadas en València»; 1 falsa (CIL II 371*⁶).

No breve prólogo, redigido em Latim, Castelhana e Valenciano, após a explicitação dos critérios de edição seguidos –a exemplo do que se faz em obras congêneres–, vem, ainda que de forma singela, a razão de ser desta nova edição, não se aludindo sequer ao facto de a anterior estar, ou não, esgotada: é que houve por parte dos autores uma preocupação maior na recolha dos elementos em que o novo *corpus* se baseou: «una bibliografía prácticamente exhaustiva» e «la revisión autóptica de todos los materiales que se conservan». Assim, no que à bibliografia diz respeito, destaca-se: «Hemos vaciado una serie de manuscritos que o no se habían tenido en cuenta o no se habían aprovechado adecuadamente» –o que lhes proporcionaria «una valiosa información sobre inscripciones tanto ya publicadas como inéditas», com vista à apresentação de «un corpus exhaustivo y riguroso», corrigindo-se as «noticias referentes a las circunstancias del hallazgo de no pocas inscripciones».

Particular atenção lhes mereceu a apresentação de documentos gráficos, quer de fotografias que das gravuras constantes dos manuscritos consultados, o que veio permitir também corrigir interpretações anteriores, propor novas restituições, mormente de textos fragmentários.

2. A origem de Valentia e uma comparação com Pax Iulia

É na *Introdução* que –para além das temáticas usuais (locais de achado e de conservação das epígrafes, história da investigação epigráfica da cidade, estrutura do *corpus*, agradecimentos, siglas e abreviaturas usadas...)– os autores abordam temas que são sempre alvo de mais aturada reflexão, como, por exemplo, o da origem da cidade romana de *Valentia*, muito controversa ainda,

⁶ G. Pereira, *Inscripciones Romanas de Valentia* (=IRV), Valência, 1979. No prólogo, ao referirem-se a este livro, os autores salientam que ele «representa un gran avanç en la història de l'epigrafia romana de València» (p. 35).

devido, fundamentalmente, «a la penúria de fonts literàries i a la manca d'un estudi interdisciplinari» (p. 20).

Sublinham que a fundação de *Valentia* por *D. Iunius Brutus*, em 138 a. C., «generalment acceptada, és confirmada per la numismàtica i l'arqueologia» (p. 21). Opinam, contudo, que se deve optar por a considerar uma «fundació totalment nova», ainda que não se possa rejeitar, sem mais, a opinião dos que, como García y Bellido, sugeriam ter ali preexistido a *Tyris* ibérica: «Futures troballes podrien confirmar la dita hipòtesi», a que poderão não ser alheios «les mateixes restes del c/ Ruaia» (p. 22).

Recorde-se que questão semelhante se colocou em relação a *Pax Iulia*, na Lusitânia, uma colônia fundada seguramente por César, entre 31 e 27 a. C., mas cujo nome pré-romano se desconhece, enquanto –datáveis da mesma época– temos uma *Felicitas Iulia Olisipo* e uma *Ebora Liberalitas Iulia*.⁷ Neste caso, pensou-se que ali teria existido um aglomerado populacional citado pelas fontes, *Conistorgis*, capital dos *Conii*, onde Sérgio Sulpício Galba, derrotado pelos Lusitanos, se teria refugiado, em 144 a. C.;⁸ contudo, uma análise mais atenta da documentação tem repudiado essa hipótese, ainda que – neste caso – a existência de um povoado anterior, ligado ao mundo turdetano, esteja cada vez mais documentada pelas investigações ali levadas a efeito não apenas por Maria da Conceição Lopes⁹ mas também pela equipa dos arqueólogos locais liderada por Susana Correia, Isabel Ricardo e Carolina Grilo.¹⁰ Aliás, também a documentação epigráfica parece

⁷ Cf. A. M. Marques de Faria, «*Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4(2) (2001), pp. 351-362 (sobretudo pp. 352-353). Vide também, de V. Gil Mantas, «Em torno do problema da fundação e estatuto de *Pax Iulia*», *Arquivo de Beja* 2-3 (1996), pp. 41-62.

⁸ Há muita bibliografia que refere este topónimo e discute a sua eventual localização. Cite-se apenas, a título de exemplo, uma síntese em A. Tovar, *Iberisch Landeskunde*, Baden-Baden, 2 1976 (Lusitania), p. 209.

⁹ Cf. M^a. C. Lopes, *A Cidade Romana de Beja – Percursos e Debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*, Coimbra, 2003. Todo o capítulo 3 (pp. 87-104) é dedicado a essa ocupação pré-romana, concluindo-se: «Quando os Romanos decidiram instalar, no *oppidum*, uma capital de *civitas*, tiveram certamente em conta as gentes que o habitavam e que ocupavam os restantes povoados situados no território que lhe foi atribuído» (p. 104).

¹⁰ Cf. C. Grilo, «A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja», *Vipasca*, 2 (2008), pp. 261-268. Dessas intervenções resultou a criação do Núcleo Museológico da Rua do Sembrano, em Beja, aberto ao público

poder vir em auxílio dessa preexistência indígena, quer porque numa inscrição¹¹ se poderá interpretar a referência a dois senados, eventualmente um para o estrato populacional indígena e outro para o estrato romano (IRCP, p. 307),¹² quer porque se identificou no *ager Pacensis* o epitáfio de uma *Asinia Priscilla Pacensis c(ivis) R(omana)*,¹³ nomenclatura que sugere uma diferenciação não usual, a induzir a hipótese de ser necessária, de facto, uma distinção entre os indivíduos pertencentes a um ou a outro estrato populacional.

Ora, voltando ao caso de *Valentia*, essas provas idênticas ainda se não encontraram; contudo, a expressão *Valentini veterani et veteres* «que apareix en diverses inscripcions sembla suggerir dos assentaments de colons», que seriam constituídos, segundo os autores, um pelos antigos soldados de Viriato, os *veteres*, e outro por soldados licenciados do exército romano, os *veterani* (p. 23).

Essa ida de lusitanos para o local –deduzida de uma passagem de Tito Lívio onde se fala dos soldados *qui sub Viriatho militaverant*– referir-se-ia à distribuição de terras feita pelo procônsul Décimo

a 11 de Setembro de 2009, onde claramente se mostra a documentação arqueológica comprovativa. Carolina Grilo, para além da dissertação de mestrado, que, sob o mesmo título, defendera, em 2006, na Faculdade de Letras de Lisboa sob a orientação de Carlos Fabião, teve a seu cargo a elaboração dos seguintes textos do catálogo dessa exposição (no prelo): «A cultura material da Rua do Sembrano, Beja. Influxos e conexões socioeconómicas na segunda metade do I milénio a. C.», «A ocupação pré-romana de Beja. Núcleo Museológico da Rua do Sembrano». Ana Arruda tem também aludido a essa realidade: «A Idade do Ferro em Portugal: leituras de Jorge de Alarcão», in M^a. C. Lopes e R. Vilaça [coord.], *O Passado em Cena: Narrativas e Fragmentos*, Coimbra / Porto, 2004, pp. 75-98 [p. 86]; «O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século», *O Arqueólogo Português*, série IV, 23 (2005), pp. 9-156 [pp. 98-100].

¹¹ J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, 1984 [=IRCP], inscrição n.º 233.

¹² Também na *Introdução* os autores se referem expressamente à eventual estrutura bipartida do senado de *Valentia* (pp. 29-30). Desconhecem, porém, essa idêntica orgânica sugerida para *Pax Iulia*, também ela uma colónia romana.

¹³ Vide <http://www.eda-bea.es> registo n.º 22 777. Cf. Encarnação (José d'), «Epigrafia romana de Moura», in S. Macias [coord.], *Moura na Época Romana*, Moura, 1990, pp. 41-59 (designadamente pp. 42-45).

Júlio Bruto, logo após a morte de Viriato. Assim se conseguiriam dois objectivos: tranquilizá-los, porque se partira do princípio que lutavam pela posse de terras para agricultural, e mantinham-se, desta forma, longe das suas habituais bases de operações. Os autores acrescentam (p. 22) uma outra motivação que consideram não menos importante: de ordem cultural, pois que mais facilmente se faria a «penetració de la cultura romana en les ciutats ibèriques de la regió» (p. 22).¹⁴

Fiquem, pois, estas breves reflexões para mostrar como, em poucas palavras, o essencial ficou dito na *Introdução* ao catálogo epigráfico, móbil último da pesquisa.

3. As inscrições

No quadro da p. 32 se sintetiza o conteúdo do *corpus*: um total de 185 epígrafes, das quais o maior volume, mais de metade, se refere, como é habitual, às de conteúdo funerário (94), seguido das inscrições honoríficas (31). Apenas 17 dedicatórias a divindades, sendo esse o número também dos textos gravados em *instrumenta*.

Sintomático igualmente o quadro 2: dos 185 monumentos, 86 foram descobertos já no século XX e a primeira década do século XXI deu a conhecer 26! Sintoma bem claro da atenção crescente dedicada na cidade a esse tipo de monumentos.

Claro que, ao examinar o rol de siglas e abreviaturas (p. 39-40), o olhar do investigador procura logo encontrar algo que lhe possa dizer respeito, nomeadamente ao seu país ou província, pois que parte do princípio de que, no comentário histórico a cada uma das epígrafes, os autores terão presente o que de semelhante foi identificado noutras paragens do mundo romano. No meu caso, naturalmente –e porque preconizo uma cada vez mais estreita ligação entre os investigadores de todos os cantos da Península– saltou-me à vista o facto de, em relação a Portugal, apenas o

¹⁴ Referindo-se a essa eventual distribuição de terras, J. Alarcão (*Portugal Romano*, Lisboa, 1983, p. 38) acha que a hipótese de Bruto ter fundado *Valentia* «para estabelecer alguns Lusitanos» «parece assentar numa interpretação errada de Tito Lívio» e que essa fundação se destinou «às tropas romanas licenciadas». J. Corell e X. Gómez Font preferem ver na expressão *qui sub Viriatho militaverant* uma alusão clara «a lusitans que havien militat a les ordres de Viriat contra l'exèrcit romà». Essa opinião partilha M. Pastor, *Viriato (O herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo)*, Lisboa, 2006, pp. 192-193.

Ficheiro Epigráfico ali figurar. Aliás, também na bibliografia (p. 315-327) não se indica um único nome português. E essa poderá ser uma das primeiras observações a fazer, no voto de que, doravante, seja maior o intercâmbio entre epigrafistas e, de um modo geral, entre os historiadores e investigadores de ambos os países. Vimos atrás que, por exemplo, uma comparação entre *Valentia* e *Pax Iulia* poderia ter sido possível e certamente outros dados se encontrarão neste *corpus* passíveis de serem postos em paralelo com a epigrafia da Lusitânia ocidental.

Vamos, pois, demorar-nos somente em três monumentos que mais nos prenderam a atenção.

3.1. *IUNO NATALIS*



E a primeira pode ser a inscrição nº 7, porque, no que tenho proposto no âmbito paleográfico, no caso da epigrafia romana encontrada no território actualmente português, um dos índices que aponto para desconfiarmos da autenticidade de uma epígrafe é ver que o E tem a barra intermédia mais curta. Sei que noutras zonas do Império esse critério não é válido (recordo-me de ter visto essa ocorrência na Dácia em documentos originais); mas esta placa de mármore branco truncada, achada, em 1948, a 2 m de profundidade, tem letras de 3 cm de altura, o E apresenta-se com essa barra intermédia mais curta do que as demais e os autores

interpretam assim o texto, que haviam publicado pela primeira vez em 2000:

DEAM · N[ATALEM] / IVNO[NEM] / LICI[NIA ---] / [D(ono) D(edit)] ?

No comentário, esse pormenor de o E ter a barra intermédia mais curta não é referido; certamente, também na epígrafe da região não será motivo para se pôr a questão da autenticidade, ou não, da epígrafe. Aliás, no fragmento n° 88, em caracteres bem desenhados, em bisel, o E detém essa característica.

«El que ofereix *Licinia* és una estàtua de Juno», explicam os autores, que assinalam ser esta «l'única inscripció en què Juno ostenta aquest epítet, singularitat que augmenta considerablement el seu interès» (p. 53). E aduzem, em jeito de comprovação, uma passagem de Tibulo (III, 12, 1-2) em que «el poeta presenta una jove que, en l'aniversari del seu natalici, invoca Juno» com o epíteto de *Natalis*.

Na sequência da publicação feita em 2000, o texto foi inserido em AE 2000 790, fazendo-se aí eco das considerações exaradas no comentário dos editores, apenas remetendo para um outro exemplo semelhante (CIL II 2326, AE 1999 893), de Peñaflor, Sevilha, que dá conta de *M. Annius Celtitanus* ter solicitado, por testamento, que fosse erguida uma estátua de Vénus «sous les traits de son épouse», o que se configura como a comum *consecratio in formam deorum*.

Também HEp (10, 2004, n° 625) se faz eco desta epígrafe e o único comentário diferente que lhe merece é: «El atributo *dea* aplicado a Juno es un hápax absoluto».

Aqui está, pois, um monumento sobre o qual, penso, valeria a pena os especialistas locais debruçarem-se de novo, pelas suas invulgares características.

Dada a sua espessura (apenas 2 cm); atendendo ao facto de não ter molduração e de ambas as faces (a anterior e a posterior) estarem polidas –o contexto original da epígrafe seria, se considerarmos correcta a interpretação dada, o pedestal da estátua. Estranha-se que também a face posterior haja sido polida, porque, para melhor fixação, deveria manter-se rugosa. Mas... sendo pedestal, justificasse o uso do acusativo? Não seria mais viável o dativo ou, caso se quisesse identificar a deusa, o simples nominativo?

Por *Iuno* ser o espírito protector das mulheres e por a pontuação (bem romana, aliás) induzir a pensar que foi seguido um eixo de simetria, como os autores justamente assinalam, também terão

deixado de parte o que a fotografia mostra no início (partido) da linha 3: não há aí um outro ponto e, até, o arranque superior de mais uma letra, porventura um C? Teríamos, nesse caso, não uma dedicante, mas um dedicante [*Caius Licinius?*] – e esta observação creio que valeria a pena fazê-la, revendo com atenção a peça, ora guardada já no MPV.¹⁵

Estranha-se, na HEP, que o teónimo *Juno* venha precedido do epíteto *dea*, que normalmente se tem considerado como a ‘necessidade’ de identificar uma divindade em ambiente que não está muito penetrado da cultura religiosa romana, designadamente em relação a divindades indígenas, no quadro da *interpretatio romana*.¹⁶ Torna-se, pois, difícil conceber a coexistência da adopção do culto a uma divindade que pressupõe já uma certa aculturação – pois implica saber que *Juno* é a divindade tutelar da mulher – e um contexto indígena, que não parece ser o de *Valentia*, mormente se tivermos em conta a datação proposta (finais do século I, princípios do século II d. C.).

Aqui, porém, não se trata apenas do epíteto *dea* mas de *dea natalis* – o que se me afigura ainda mais digno de reflexão. Primeiro, porque só temos no fragmento o N, que poderá ter outra restituição; depois, porque o paralelo é retirado de um texto literário e não se conhecem, até ao momento, quanto se saiba, outros exemplos dessa junção em inscrições. Na verdade, a designação não é de todo estranha, pois que, esclarece J. A. Ilild, *Juno* é um «être distinct et supérieure qui a la garde de la femme et qui preside à sa destinée. Comme le *Genius*, elle est appelée *natalis*, commence son action le jour de sa naissance et l'exerce jusqu'à la mort».¹⁷

Duas conclusões, portanto: a primeira refere-se às dúvidas que o texto em si levanta, a necessitar de maior reflexão e análise; a segunda aponta no sentido de – se a interpretação proposta pelos autores se confirmar – ser realçado o excepcional valor do fragmento como indício de uma cultura religiosa superior.

¹⁵ No rol de siglas esta não vem indicada; trata-se do Museu de Prehistória de Valência.

¹⁶ Escreveu R. Étienne: «Puis le nom indigène s'efface devant l'anonyme *deus*» («Les syncrétismes religieux dans la Péninsule Ibérique à l'époque impériale», in *Les Syncrétismes dans les Religions Grecque et Romaine*, Paris, 1973, p. 155).

¹⁷ No artigo «Junones» do *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, de Daremberg e Saglio (p. 690).

3.2. ORBIANA, ESPOSA DE SEVERO ALEXANDRE



O segundo monumento que me prendeu a atenção foi o pedestal dedicado a Orbiana, esposa do imperador Severo Alexandre.

Por dois motivos:

– o primeiro, de ordem epigráfica: é que, tanto nesta edição como na primeira, os autores leram *Gneae*, certamente por distração, pois a foto da epígrafe mostra claramente GNAEAE;

– o segundo, porque as características específicas do texto merecem alguma reflexão do ponto de vista da história de *Valentia*.

Na verdade, datada de entre 30 de Agosto de 225 (data do casamento) e 29 de Agosto de 227 (dia em que Orbiana foi desterrada para África), a iniciativa partiu dos *Valentini veterani et veteres*; o nome da homenageada vem completo –*Gnaeae Seiae Herenniae Sallustiae Barbiae Orbianae*– acrescido do título de *Augusta*, que, segundo Cagnat,¹⁸ lhe fora concedido em 224.

¹⁸ R. Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914⁴, p. 214.

Conhecem-se bustos de Orbiana e, sobretudo, foram cunhadas moedas em seu nome. A imperatriz teve, portanto, muito sucesso, o que terá provocado o rancor de *Iulia Mamaea*, mãe do imperador. Os conflitos entre os cônjuges levaram ao seu degredo. Ora, curiosamente, a inscrição seguinte deste *corpus*, a n.º 20, estava precisamente dedicada a Júlia Mameia e foi alvo de *damnatio memoriae*. Isso significa que, em *Valentia*, o que então se passava na corte imperial era vivido com paixão e determinou ações públicas de apoio e de condenação, respectivamente. E, por conseguinte, a opção tomada pelos autores de não se alargarem no comentário histórico das epígrafes sente-se aqui, de modo particular, como pesquisa por fazer. Compreende-se que tenham procurado cingir-se às considerações de teor epigráfico propriamente dito; contudo, se, por exemplo, esta história já se fez, haveria que chamar a atenção para a respectiva bibliografia, ainda que em nota de rodapé; se não se fez, poder-se-ia ter chamado a atenção para o seu interesse.¹⁹

Idêntica reflexão, creio, poderia ter-se feito em relação às inscrições 21 e 22,²⁰ dedicatórias fora do comum, apesar de terem desaparecido e de haver dúvidas acerca da possibilidade de terem estado, ou não, exaradas num pedestal duplo. Trata-se de dedicatórias feitas, no ano de 250, por ambas as comunidades (*Valentini veterani et veteres*) aos dois filhos do imperador Décio, Q. Herênio Etrusco Méssio Décio e Gaio Valente Hostiliano Méssio Quinto, aquando lhes foi outorgado o título de Césares. Ambos são nomeados aí *nobilissimus Caesar* e *princeps iuventutis*. Tal como sucedera no reinado de Augusto em relação aos seus dois filhos adotivos, Gaio e Lúcio, cuja nomeação como Césares provocou uma vaga de entusiasmo por todo o Império, a ponto de se erguerem estátuas em sua honra nas principais cidades,²¹ assim esta atitude da população de *Valentia* deve ser tida em consideração no contexto

¹⁹ É muito provável que na história local, que desconheço, o assunto tenha merecido já o relevo que a mim, vindo de fora, se me afigura digno de realce.

²⁰ CIL II² 14, 16 e 17.

²¹ Tive ocasião de me referir a esse fenómeno nas pp. 352-355 do meu texto «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», in T. Nogales e J. González [edit.], *Culto Imperial. Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006), Roma, 2007 pp. 349-367. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10506>.

da política geral do Império – e há que o referir, mais não seja que para demonstrar, com exemplos concretos, como os monumentos epigráficos constituem, na verdade, imprescindíveis documentos para a história. E a história global vive, cada vez mais, dos registos locais que pouco a pouco se identificam. No caso do volume em análise, os pormenorizados índices temáticos e epigráficos inseridos no final assim como as tábuas de correspondência entre os vários *corpora* (p. 285-314) vão ajudar muito nesse oportuno extrapolar do local para o global.

3.3. *VIVER 40 ANOS*



Escolhi a inscrição nº 80 para concluir esta análise –que não pretende ser nem uma recensão crítica nem o exaustivo enumerar de questões que um *corpus* rico como este levanta.

E escolhi-a, primeiro, porque o seu texto, redigido na primeira pessoa, contém alguns lapsos gramaticais que levaram a suspeitar da respectiva autenticidade.

Concordo com os autores no que concerne à paleografia: não vejo no traçado dos caracteres, na paginação e na pontuação algo que me surpreenda; também a invocação *Diis Manibus* escrita por extenso, com os dois II e sem *sacrum*, não é de estranhar num texto que é pensado pela defunta em vida, como expressamente

o assinala: *quae feci mihi mimoria [sic] me viva*, «que fiz para mim memória, em vida». Não é também de estranhar que haja, no final, a expressão *filius fecit*: o texto foi pensado pela mãe, que o deixou ao filho para, no momento oportuno, o mandar gravar; até a mãe lhe poderia ter dito para isso mesmo lá ficar expresso. A circunstância de, no fundo, se tratar de um ‘testamento’ (oral, decerto) terá levado à escolha da palavra *memoria* (e o uso do nominativo –em vez do acusativo– pode significar que esta é uma memória, o próprio texto é a lembrança que quer deixar!), em vez de *monumentum* ou *sepulchrum* ou outro termo de conotação fúnebre –porque ela ainda está viva!

O que mais me seduz nesta *memoria* é, porém, a circunstância de ser indicado o número de anos que *Otacilia Silvana* viveu: 40! E retomo, pois, o que em tempos escrevi acerca do significado do número 40:²² não detém um significado numérico mas simbólico, de perfeição, que é como diz, «vivi em plenitude o tempo que me foi dado viver!». Recordei, nesse apontamento, o conto ‘Ali Babá e os 40 ladrões’; os 40 dias que Jesus esteve no deserto (*Lucas*, 4, 2); os 40 anos durante os quais, segundo a Bíblia (*Êxodo*, 17, 35), os Judeus peregrinaram em demanda da Terra Prometida, e Moisés, antes de receber as tábuas com os Dez Mandamentos, «permaneceu junto do Senhor quarenta dias e quarenta noites, sem comer pão nem beber água» (*Êxodo*, 34, 28); a frase ‘estar de quarentena’...

Do ponto de vista conceptual, esta inscrição (que, por sinal, até tem, no catálogo, o número 80 = 2 x 40!...) detém, em meu entender, um significado que doravante importará realçar.

4. Em conclusão

Se, por haverem compulsado mais fontes do que dantes, Josep Corell e Xavier Gómez Font lograram apresentar agora mais 35 epígrafes ‘inéditas ou ainda não incluídas nos volumes anteriores’, certo é também que esta nova edição, pelo acervo documental que nos proporciona, constitui mais um testemunho do intenso labor a que ambos, com entusiasmo e dedicação, se entregaram, ocupando boa parte dos seus dias.

²² «Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana», in J. G. Gorges e T. Nogales [coord.], *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*, Mérida, 2000, pp. 241-247.

Quis *Otacilia Silvana* que sobre o seu túmulo se escrevesse um número simbólico, a perpetuar a sua vida *plena*. Nos túmulos de Josep Corell e de Xavier Gómez Font também isso poderíamos escrever –pelo grande testemunho que nos legaram!²³

ENCARNAÇÃO, José d', «A propósito da epigrafia romana do País Valenciano», *SPhV* 13 (2011), pp. 91-104.

RESUMO

Neste artigo o autor analisa algumas das inscrições estudadas no livro de J. Corell e X. Gómez *Inscripcions romanes del País Valencià V. Valentia i el seu territori* (Valência, 2009). E sugere novas pesquisas a partir delas.

PALAVRAS-CHAVE: Epigrafia, Valentia, Pax Iulia, Iuno Natalis, Orbiana.

ABSTRACT

In this paper the author reviews some of the inscriptions studied in the book by J. Corell and X. Gómez *Inscripcions romanes del País Valencià V. Valentia i el seu territori* (Valência, 2009). He also suggests new researches from them.

KEYWORDS: Epigraphy, Valentia, Pax Iulia, Iuno Natalis, Orbiana.

²³ A preparação deste texto inseriu-se no quadro da investigação levada a efeito como membro do grupo «Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages» do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade de Investigação 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).